

Jornal da Adufrgs

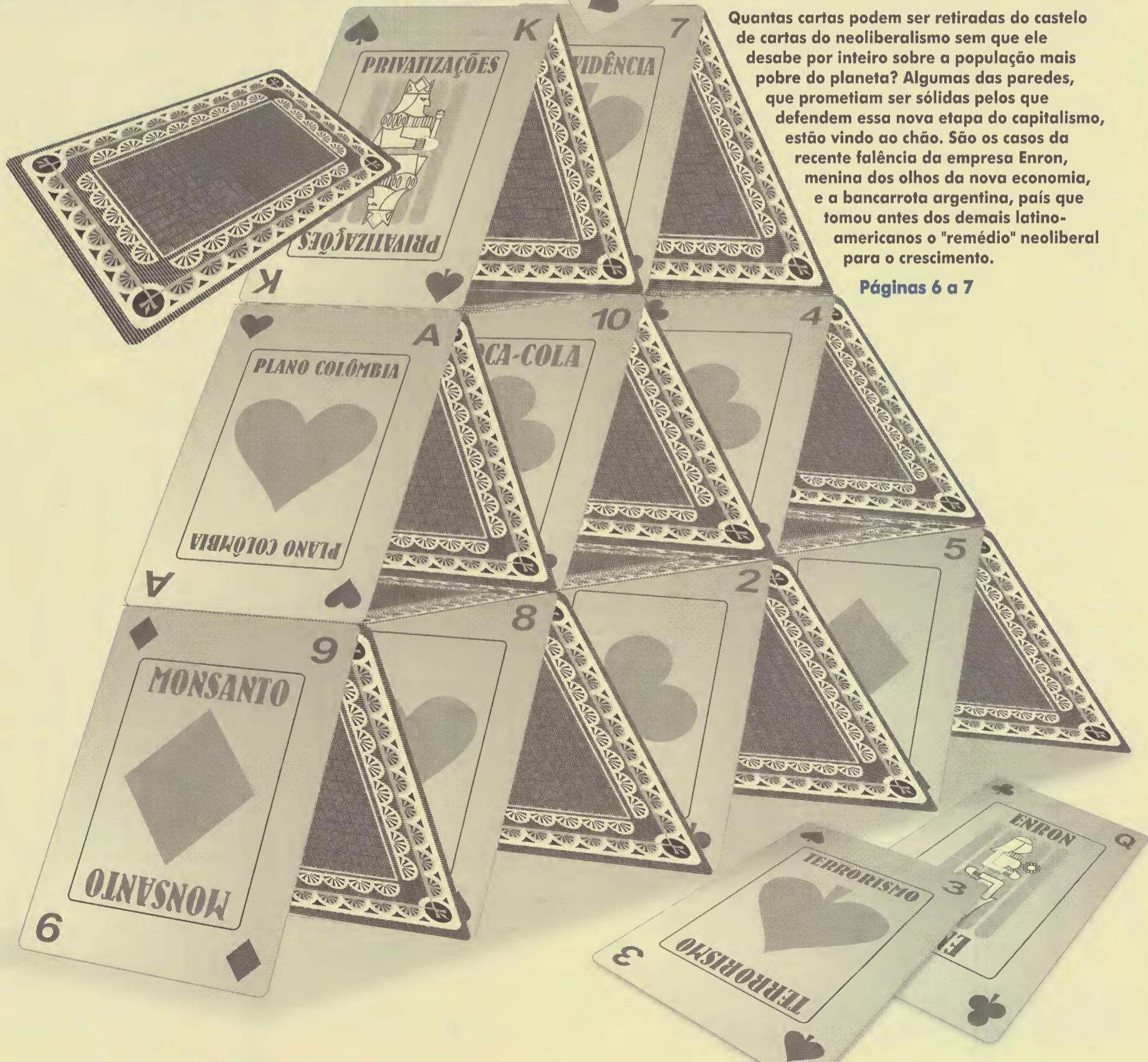
nº 97

Os docentes aprovaram no 21º Congresso Andes-SN, em Rio Grande, de 23 a 28 de fevereiro, apoiar a greve geral chamada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) para o próximo dia 21. A paralisação acontece em defesa dos direitos trabalhistas previstos na CLT, pela preservação do direito de greve dos servidores e contra o desemprego. Na avaliação dos professores, há motivos de sobra para participar do ato.

Página 3

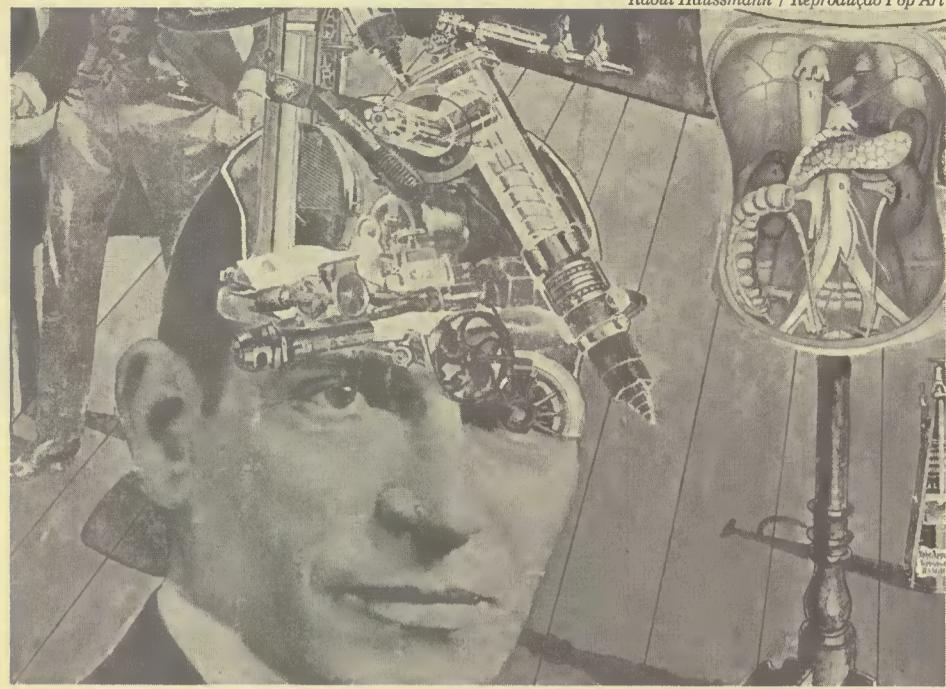
NEOLIBERALISMO

O castelo de cartas desmorona



Quantas cartas podem ser retiradas do castelo de cartas do neoliberalismo sem que ele desabe por inteiro sobre a população mais pobre do planeta? Algumas das paredes, que prometiam ser sólidas pelos que defendem essa nova etapa do capitalismo, estão vindo ao chão. São os casos da recente falência da empresa Enron, menina dos olhos da nova economia, e a bancarrota argentina, país que tomou antes dos demais latino-americanos o "remédio" neoliberal para o crescimento.

Páginas 6 a 7



Raoul Haussmann / Reprodução Pop Art

Um ano de muitos desafios

Saímos do 21º Congresso Andes-SN em Rio Grande com grandes desafios a serem enfrentados ainda este ano. Além da pauta de lutas que temos de implantar, devemos travar uma discussão séria sobre os cursos pagos que estão tomando conta das universidades.

Nas outras universidades públicas do país esta discussão está recém se iniciando por parte do movimento docente, que entra atrasado numa luta contra algo que praticamente já está instalado nas universidades. Na Ufrgs, os pagamentos de cursos estão parados por força da discussão levada aos conselhos superiores pela representação dos docentes, dos técnicos-administrativos e dos alunos. O assunto deve entrar em pauta nos próximos dias e é preciso que os professores se posicionem. Afinal, como serão tratados os cursos de pós-graduação strictu sensu, se passarmos a cobrá-los, acabando assim com a gratuidade do ensino? E este pode ser o primeiro passo para as cobranças se estenderem a todos os cursos universitários, inclusive os de graduação. Não seria o fim da universidade pública?

Quanto às próximas eleições presidenciais, o Congresso da Andes não quis se posicionar para não ter de enfrentar uma disputa interna entre os candidatos à presidência pelo PSTU e PT. Optou pela saída de não colocar esta discussão em pauta. A Andes sabe que este ano estaremos enfrentando uma questão não muito tranquila, o que já se mostra na tentativa de sobrevivência de partidos aliados do governo que estão lançando candidatos pró-

prios como o PMDB e o PFL.

O sindicato tem a obrigação de mostrar aos filiados o risco que podemos estar enfrentando de virar amanhã a Argentina de hoje. Afinal sabemos que elegendo um candidato desses partidos não estaremos rompendo com a política econômica implantada no Brasil. Está mais claro a cada dia que passa que a crise que afeta o país vizinho pode ser muito semelhante à que enfrentaremos caso um destes partidos seja eleito, ou algo perto disto. O sindicato nacional omitiu-se desta discussão. Optou pela acomodação para não entrar em choque – aliás foi significativa a presença do candidato à presidência pelo PSTU no Congresso em Rio Grande.

No plano internacional, a questão da Colômbia continua sendo algo emblemático. A ofensiva contra os guerrilheiros não pode ser descartada de uma operação articulada com os Estados Unidos para que este domine a região amazônica. A região é a maior reserva estratégica do mundo e o interesse norte-americano sobre ela é evidente, ainda mais se conseguir se apossar dela sem ter que dar nada em troca com a desculpa de estar combatendo guerrilheiros. As questões dos palestinos e do Afeganistão também não trazem tranquilidade para o nosso mundo "globalizado". Temos de estar atentos a estas questões para que possamos entrar numa discussão global de forma soberana e não subalterna como este governo FHC propõe e como os brasileiros denunciaram no Fórum Social Mundial.

OBSERVATÓRIO

Cota para negros em universidades do Rio

Do total de vagas oferecidas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro para cursos de graduação, 40% serão reservadas para negros e pardos. O decreto é de Anthony Garotinho e estabelece que os critérios mínimos de qualificação para o acesso aos cursos será determinado pelas universidades. Além do acompanhamento do desempenho dos estudantes negros e pardos nos exames seletivos para o ingresso nas instituições de ensino superior do estado, ainda há a idéia da criação de medidas que estimulem outras instituições a adotar o sistema de cotas de vagas para negros e pardos, promovam a igualdade de oportunidades entre os diversos grupos étnicos e combatam a discriminação.

Ministério da Verdade

Criado após os atentados de 11 de setembro, o Escritório de Informações Estratégicas do Pentágono permaneceria escondido se os jornais americanos não o tivessem descoberto e anunciado que uma de suas funções era conquistar o apoio internacional aos EUA plantando nos jornais estrangeiros informações mentirosas. No dia 27 de fevereiro, segundo a Folha de São Paulo, o escritório foi fechado. O governo estadunidense continua negando de pés juntos que se tratava de um Departamento envolvido em produzir inverdades, mas, como admitiu o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, a "imagem do órgão foi irreparavelmente manchada".

Insustentabilidade

George W. Bush apresentou no dia 24 sua alternativa ao Protocolo de Kioto, baseada em medidas voluntárias e estímulos fiscais no valor de 4.600 milhões de dólares para que as indústrias adotem fontes de energia renováveis. Ao conhecer o plano, grupos de ecologistas têm considerado-o um presente aos contaminadores industriais que financiaram a campanha do presidente dos Estados Unidos. Assim, o Executivo estadunidense está apoiando a política de poluição adotada pelas indústrias de energia no lugar de tomar medidas desenhadas para proteger o meio ambiente

Outro Herval é Possível

Campesinos franceses e brasileiros trocaram experiências no município de Herval, interior do Estado, onde existem nove assentamentos, que abrigam 449 famílias. Foi o encontro "Um outro Her-

val é possível", que aconteceu no Fórum Social Mundial 2002 e apresentou diversas atividades, como a mesa redonda "A luta pela terra, a experiência do MST e dos agricultores franceses". Contou com a presença da presidente da Fundação France-Libertés, Danielle Miterrand. O encontro, reuniu assentados da reforma agrária, agricultores franceses, associações, sindicalistas, cientistas e comunidade em geral, e é a continuidade do ato de irmanamento assinado no Fórum Social Mundial 2001, entre a Associação dos Agricultores Assentados da Reforma Agrária de Herval do Sul, a Rede de Agricultura Sustentável (França), a Confederação Camponesa da região do Jura (França), a Associação Holos Meio Ambiente e Desenvolvimento (França) e a Fundação France-Libertés.

Brasileiros em Santo Domingo

O filme brasileiro "Lavoura Arcaica", do diretor Luiz Fernando Carvalho, ganhou o maior prêmio do II Festival Internacional de Cinema de Santo Domingo, na República Dominicana. A obra foi premiada "por sua excelente qualidade e por refletir, com os recursos mais modernos do cinema, uma brilhante história onde tudo é de bom gosto, autenticidade e conteúdo". A escolha pelo filme brasileiro foi uma surpresa, já que o favorito era o argentino "El hijo de la novia", que concorre ao Oscar de melhor filme estrangeiro. O Brasil levou ainda o prêmio de Melhor Ator, para Rodrigo Santoro por sua atuação em "O Bicho de Sete Cabeças".

Termina greve no Paraná

Depois de 169 dias parados, servidores das universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e Oeste do Paraná (Unioeste) voltaram ao trabalho no último dia 5. A decisão foi tomada em assembleia realizada na manhã do dia 4, onde os grevistas aceitaram a proposta do governo do Estado do Paraná. O acordo prevê um remanejamento orçamentário da verba das universidades, que permitirá o uso de R\$ 35 milhões para despesas de pessoal. O orçamento das universidades para este ano está fixado em R\$ 352 milhões, 17% a mais que o valor do ano passado. Os comandos de greve se comprometeram nas assembleias a continuar as negociações com o governo e a rediscutir durante a semana a tabela progressiva de reajustes para técnico-administrativos e a de reajuste linear para docentes.

21º CONGRESSO ANDES-SN

Docentes aprovam greve nacional da CUT

Agreve nacional, proposta pela CUT para o dia 21 de março, é o novo desafio do movimento docente. O tema foi amplamente debatido no 21º Congresso Andes-SN, realizado em Rio Grande (RS) entre os dias 23 e 28 de fevereiro de 2002. Alguns questionaram a viabilidade do evento na data indicada devido ao curto prazo para organização, enquanto outros defendem que não se deve esperar e que os professores universitários têm motivos de sobra para participar do ato. A paralisação nacional acontece em defesa dos direitos trabalhistas previstos na CLT, pela preservação do direito de greve dos servidores e contra o desemprego. Bom lembrar que a ameaça do emprego público, embora afastada temporariamente, não está descartada para o futuro.

A crise internacional e as eleições no Brasil também foram temas de debate no congresso, que abordou a intervenção norte-americana sobre a Venezuela e contra a Colômbia, além da crise na Argentina e seus desdobramentos no Brasil. O presidente da Andes-SN, Roberto Leher, lembrou que, embora as autoridades brasileiras garantam que o Brasil não sofrerá os reflexos da crise argentina, "a aparente tranquilidade brasileira pode ser abalada nos próximos meses porque este ano, só em títulos a vencer, o país terá que pagar 32 bilhões de dólares".

Com relação à pressão internacional sobre as eleições presidenciais no Brasil, o presidente da Andes-SN alertou para a coalizão de forças, que já está se organizando para financiar os candidatos do PSDB (José Serra) e PFL (Roseana Sarney). Sobre a Alca, Leher sugeriu que os professores solicitem formalmente aos candidatos da esquerda que deixem claras suas posições sobre as ameaças que pesam contra o Brasil em geral e contra a Educação.

A proposta de Lei de Inovação Tecnológica do Ministério da Ciência & Tecnologia pode destruir as universidades públicas. O alerta foi feito pelo 1º tesoureiro do ANDES-SN, José Domingues de Godoi Filho, durante o 21º Congresso andes-sn. Segundo ele, o emprego público, as fundações de apoio de direito privado e organizações sociais são alguns dos temas explícitos no documento do Ministério, que deve chegar ao Congresso Nacional antes de abril deste ano.

De acordo com o relato do professor Godoi, a lei oferecerá condições para que o pesquisador se licencie para abrir uma empresa de base tecnológica, utilizando recursos da instituição pública da qual se licenciou. A universidade poderia também alugar ou colocar à disposição das empresas os seus laboratórios, abrindo as portas para a privatização.

Finanças

Um dos pontos mais polêmicos do 21º Congresso Andes-SN foi a apreciação de contas da gestão 1998/2000, submetida a uma auditoria no segundo semestre do ano passado. A decisão foi remetida ao próximo Congresso Andes-SN, marcado para junho de 2002, em Florianópolis.

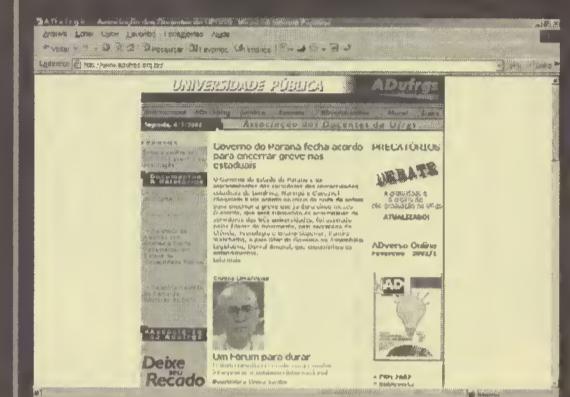
Eleições sindicais

Duas chapas nacionais foram lançadas durante o último Congresso andes-sn. Em uma delas – "Uma Nova Andes é possível – plural e de luta", está o atual presidente da Adufrgs, professor Rubens Weyne como 1º tesoureiro. A professora Maria Aparecida Ramos, presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba, seção João Pessoa (Adufpb-JP), compõe a chapa como presidente e como secretária-geral

INTERNET

Notícias diárias, relatórios da categoria e a versão eletrônica do jornal Adverso estão em

www.adufrgs.org.br



Acompanhe o debate sobre a gratuidade e o ensino de pós-graduação na Ufrgs

está Helena Serra Azul Monteiro, da Associação de Docentes da Universidade Federal do Ceará (Adufsc).

A outra chapa "Andes autônoma e democrática - Para não apagar o futuro" é encabeçada pelo professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas, da Adufpel. Celi Zulke Taffarel, da Associação de Docentes da Universidade Federal da Bahia (Adufba) e José Vitorio Zago, da Associação de Docentes da Universidade de Campinas (Aducamp), compõem a chapa como secretária-geral e 1º tesoureiro, respectivamente. Na próxima edição do Adverso estaremos detalhando as propostas de cada chapa. As eleições para o sindicato nacional estão marcadas para os dias 22 e 23 de maio.

Como calcular a nova remuneração

As tabelas correspondem ao novo vencimento básico (VB), que resultou da greve, para os professores de 1º, 2º e 3º graus de 20 e 40 horas. Para calcular o novo salário, sendo professor de 20 e/ou 40 horas, tomar como base o valor do VB na sua classe e nível. Se for DE (dedicação exclusiva) deve-se multiplicar o VB da classe e nível da coluna de 40 horas por 1,55. Professores com titulação, o VB que lhe corresponde deve ser multiplicado pelo fator correspondente a sua titulação. Em função do aumento concedido em janeiro para todos os SPF's deve-se ainda multiplicar o VB por 1,035 (3,5%).

O VB resultante deve ser multiplicado por 1,6 (160%) para se encontrar o valor da GAE. A remuneração total será a soma do VB resultante com a GAE e com a GED ou GID. Neste cálculo não estão sendo computadas as vantagens que cada professor possa ter, tais como anuênios e quinquênios. Também não está computado o aumento de 3,17%, correspondente à ação ganha pela Adufrgs, já incluído no contracheque de fevereiro como "ação transitada em julgado".

Exemplo: professor assistente nível 4 DE, com mestrado e GED integral
VB 40 horas - $391,65 \times 1,55$ (DE) = 607,06 (VB1)
VB1 - $607,06 \times 1,25$ (mestrado) = 758,82 (VB2)
VB2 - $758,82 \times 1,035$ = 785,38 (VB3)
VB3 - $785,38 \times 1,6$ = 1256,60 (GAE)
VB3 - $785,38 + 1256,60$ (GAE) + 910 (GED) = 2951,98

Aperfeiçoamento: multiplica-se por 1,05

Especialização: multiplica-se por 1,12

Mestrado: multiplica-se por 1,25

Doutorado: multiplica-se por 1,50

Professor do Ensino de 3º grau

Classe	Nível	20 Horas	40 Horas
Titular	U	294,71	589,42
Adjunto	4	242,66	485,33
	3	232,69	465,38
	2	222,86	445,73
	1	213,27	426,55
Assistente	4	195,83	391,65
	3	187,53	375,06
	2	179,85	359,70
	1	172,60	345,21
Auxiliar	4	159,30	318,60
	3	152,84	305,68
	2	146,78	293,55
	1	141,00	282,00

Professor de 1º e 2º graus

Classe	Nível	20 Horas	40 Horas
Titular	U	272,63	545,26
E	4	230,79	461,58
E	3	221,03	442,07
E	2	211,71	423,41
E	1	202,59	405,18
D	4	187,73	375,46
D	3	181,18	362,36
D	2	177,54	355,07
D	1	174,27	348,54
C	4	171,94	343,89
C	3	168,85	337,70
C	2	165,84	331,69
C	1	163,48	326,95
B	4	133,62	267,25
B	3	127,76	255,52
B	2	122,22	244,44
B	1	116,81	233,61
A	4	110,79	221,58
A	3	106,01	212,03
A	2	101,49	202,97
A	1	97,67	195,34

2º FSM

Para educadora moçambicana, saber popular e cultural deveria ser contabilizado pela educação, que ao padronizar o ensino, acaba sepultando sabedorias milenares

Educar aproveitando a sabedoria popular



Educação: Conferência reuniu especialistas de várias partes do mundo durante o 2º Fórum Social Mundial

Otras formas de cultura, não só a letrada, devem ser levadas em conta no processo de alfabetização de um país. A questão, que envolve principalmente os povos africanos e asiáticos, foi levantada pela professora moçambicana, Maria Paula Menezes, durante a Conferência Especial sobre Educação, no 2º Fórum Social Mundial.

Maria Paula relatou a situação das crianças de Moçambique, que chegam a caminhar muitos quilômetros por dia até a escola para serem alfabetizadas em português e aprenderem a história da civilização ocidental, uma cultura completamente alheia à realidade africana. "O português é a língua oficial, mas não a nacional, apenas 19% da população fala-o fluentemente", informou. O restante se comunica através dos inúmeros dialetos falados em Moçambique, além da dança e da música, que também são considerados meios de comunicação.

A professora defende um movimento de mudança na educação que vai além da luta contra a globalização econômica e coloca a universidade como o maior veículo do conhecimento colonial. "Será que só quem sabe aritmética e discursa sobre a Revolução Francesa é culto?", indaga. Os africanos, segundo ela, têm conhecimentos ambientais e cultuam o respeito à natureza desde seus primórdios, valores para os quais o mundo ocidental começo a despertar agora, diante da ameaça ambiental que paira sobre o planeta.

Recriar métodos pedagógicos para superar a pobreza

Novos desafios educacionais surgiram no encontro, que teve como principal objetivo apresentar o resultado dos debates do Fórum Mundial de Educação, realizado em outubro de 2001 em Porto Alegre. Com grandes debatedores, a conferência transformou-se em uma rica aula sobre os efeitos nocivos da globalização econômica na educação dos países do hemisfério Sul e, principalmente, sobre como defender-se deles. A professora argentina Marta Marfey arrancou aplausos ao falar sobre a cultura da pobreza na América Latina.

Segundo ela, uma pesquisa feita na Argentina recentemente mostrou que os pobres têm uma chance a cada três anos de serem inseridos no mercado de trabalho, enquanto os mais abastados têm 49 oportunidades em um ano. Marta ressaltou a importância fundamental da valorização da carreira docente no processo de luta pela qualidade da educação. "Em meu país, 49% dos professores vivem abaixo da linha da pobreza. Na África e na Ásia esse percentual pode chegar a 90% em alguns países", informa.

A professora argentina criticou a posição de muitos educadores que tratam os alunos pobres como pré-fra-

cassados, devido a sua condição sócio-econômica. Ela lembrou que as classes menos abastadas têm uma realidade particular que inclui gravidez na adolescência, vínculo com armas e drogas, mortes por doenças já erradicadas, trabalho escravo e prostituição infantil. Para Marta, todos esses fatores deveriam ser levados em conta no processo educacional. "O professor deve buscar métodos alternativos para tentar superar este déficit social. A mudança está nas mãos de cada um", disse.

Educação, direito universal

A educação como direito é não como mercadoria, que foi a tônica do Fórum Mundial de Educação, voltou a ser reafirmada durante a conferência. O filósofo e sociólogo francês Bernard Charlot fez uma breve explanação sobre os planos do Banco Mundial para a educação nos países do Sul, que têm como única meta preparar profissionais para gerar lucro no mercado de trabalho e excluir a formação humanística e social do cidadão. As consequências, segundo ele, são a transformação da educação humana em mercadoria; o fim do papel educador do estado; proliferação do ensino privado, especialmente o universitário; priorização exclusiva da educação básica, o que impede a grande maioria da população de ter acesso ao saber; precarização das condições de trabalho e dos salários dos professores e o fim da autonomia e da liberdade das instituições de ensino.

Entre as propostas surgidas durante o encontro de outubro está a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, como um direito universal ao qual todos tenham acesso. Deve haver respeito às diversidades culturais e étnicas, à livre expressão da criança, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, e fácil acesso à tecnologia. "A educação não pode ser prioritariamente um instrumento de desenvolvimento econômico, mas fundamentalmente de desenvolvimento humanístico", enfatizou o francês.

Para o representante do Conselho Mundial de Educação de Pessoas Adultas (ICAE), Paul Belanger, para que outro mundo seja possível, a educação deve ser um direito de aprender durante toda a vida. Para isso é preciso que o ensino público seja ampliado para atender o maior número de pessoas possível.

O canadense Jocelyn Berthelot, do Fórum Continental de Educação, acrescentou à discussão anterior a questão da educação entre as mulheres. Segundo ele, o nível de escolaridade feminina influencia diretamente em toda a família, já que muitas delas são comandadas por mulheres. Berthelot ressaltou ainda a necessidade de se incluirem nessa luta campanhas para o fim do trabalho infantil. "São escravizadas 250 milhões de crianças em todo o mundo", informou.

MARIA PAULA MENEZES:

"A África é um continente de dualidades"

Em Moçambique, um dos dez países mais pobres do mundo, 90% da população não é alfabetizada em português. Mas os moçambicanos falam outras línguas e se comunicam através da dança e da música. Por que não considerar esses fatores no processo de educação?



Adverso - Qual o nível de alfabetização em Moçambique?

Maria Paula - Se falarmos em alfabetização como aprender a ler e escrever, a situação é dramática. Cerca de 90% da população não é alfabetizada. Mas isso é se olharmos por dentro das convenções. Estamos certos que a escrita é importante, mas a África é um continente de dualidades. Há vários trabalhos sendo feitos nesse momento que mostram que as máscaras, as danças, os ritmos, são formas de comunicação, são forma de transmissão do saber que nós não estamos neste momento conseguindo capturar. Portanto, há duas dimensões do que está acontecendo em Moçambique dentro dessa expectativa. De qualquer maneira está sendo feito um esforço enorme por parte do governo para conseguir que pelo menos as crianças tenham garantidos os primeiros quatro anos de escola.

Adverso - Em que condições essas crianças estudam?

Maria Paula - Muitas caminham quatro ou cinco quilômetros até a escola. Não têm sapatos, vão só com calção, mas vão. A escola, na verdade, funciona debaixo de uma árvore. Tem um quadro e o giz é um pau de mandioca. E muitas vezes o professor está duas classes (séries) à frente. Mas eles estão na escola, sabem escrever o nome e contar até dez, têm um mínimo para sobreviver. Mas é preciso construir muito mais. Estamos entre os dez países mais pobres do mundo. Temos que questionar o que é dívida, qual o peso da dívida, o que a dívida significa em termos de restrições a nossa mobilidade e capacidade de decisão sobre onde e como utilizar o dinheiro. Para que estas crianças tenham as mesmas capacidades ao entrar na universidade.

Adverso - A política é ensinada na escola?

Maria Paula - A questão da politização é um caso complexo. Quando falamos em politização, falamos de uma organização dos passos políticos dentro de uma lógica marxista do que é esquerda e o que é direita. Nossas frentes de luta são um pouco diferentes. Quando alguém pergunta no campo o que é esquerda, o que é direita, fico meia hora a pensar como organizar esse pensamento. As referências democráticas são outras.

Adverso - Os desafios da educação na África são diferentes dos da América Latina?

Maria Paula - Há algumas diferenças, mas no fundo nós queremos o mesmo. Queremos conquistar mais espaço e representatividade. E temos que ter capacidade para identificar essas diferenças práticas, que nos unem na mesma luta. Mas se tentarmos instituir um modelo único ele não vai funcionar. Não pode haver uma teoria única, temos é que juntar as forças e achar alternativas dentro da alternativa. É um movimento que pretende alcançar uma outra globalização.

Oficina reuniu ativistas nacionais e internacionais que trabalham em prol da preservação dos idiomas e culturas de seus países, bombardeados pela indústria cultural dos países ricos

Continentes se unem pela diversidade lingüística e cultural

A globalização financeira ameaça a diversidade lingüística e cultural do mundo, quando impõe, de forma explícita ou implícita a língua inglesa como mundial. O assunto foi tema de amplo debate durante o II Fórum Social Mundial, na oficina "Língua e Identidade", promovida pela Adufrgs. O encontro, que a princípio deveria discutir apenas a língua portuguesa, acabou se estendendo a outras, com o pedido das delegações francesa e canadense de participar.

Pessoas de todo o mundo, especialmente da Europa, vêm se mobilizando em defesa do multilingüismo e dos valores culturais de cada país, ameaçados pela forte influência econômica e cultural dos Estados Unidos. A orientação atual da União Européia, que designa o inglês como o idioma oficial do continente, gerou inúmeros gritos de protesto, que se fizeram ouvir em Porto Alegre, no início de fevereiro.

Segundo documento elaborado pelo "Verein Deutsche Sprache", de Berlim e o "Forum Francophone International", de Paris, especialmente para o II Fórum Social Mundial, associações alemãs e francesas de defesa e promoção destas duas línguas vêm trabalhando contra as forças políticas e econômicas que se opõem à diversidade lingüística e cultural da Europa. Elas fazem um apelo a todas as associações dos diferentes países que conjuguem os esforços e exerçam pressão para que o tema seja tratado com a prioridade que merece.

A oficina "Língua e Identidade" teve como palestrantes, entre outros, o deputado federal pelo PC do B de São Paulo, Aldo Rebelo, autor de um projeto de lei que prevê a preservação e promoção da língua portuguesa no Brasil e a ministra de estado das relações internacionais do Quebec (Canadá), Louise Beaudoin, militante em seu país da luta em defesa da língua e cultura francesas.

Em sua fala, Rebelo lembrou que a língua é um instrumento de transformação do mundo, além de um bem

SUELEN, OLHA SÓ O
ESPAÑADOR FASHION
QUE A PATROA IMPORTOU
DOS STATES...

TUDO BEM, SÓ QUE AS
PENAS SÃO OVER.
PINK É MUITO CLEAN
E FALTA UM POUCO DE
GLITTER ...



natural e cultural. "Preservar o idioma é tão importante quanto preservar as riquezas naturais de uma nação", comparou. Para o deputado a compreensão da língua deve ser democratizada e facilitada por ser elemento essencial no processo de autoconhecimento e de formação de identidade de um povo. Ele chamou atenção para o uso abusivo de estrangeirismos, uma "prática que pode contribuir para aumentar a distância social, além de sepultar prematuramente palavras importantes do nosso idioma".

Globalização e universalidade são bem diferentes na opinião do deputado. A primeira desrespeita e atropela as identidades nacionais de forma predatória, enquanto a segunda reconhece e partilha as diferenças entre as nações. Ele alertou para os riscos de acomodação de uma determinada língua diante da influência de outras. "A língua resultante pode ser mais facilmente compreensível para uns e menos para outros", justifica. O projeto de lei de autoria de Rebelo sugere a formação de um verdadeiro mutirão envolvendo o governo, a escola, os meios de comunicação e a sociedade civil, para promover a língua portuguesa.

Louise Beaudoin relatou a situação da comunidade francofônica no Quebec, que representa 2% da população do território anglo-americano, sendo a única nação do Norte que encontra-se em tal estado de minoria lingüística e cultural. O fato é agravado pela proximidade com os Estados Unidos. "Isso quer dizer que vivemos perigosamente. Se não nos precavermos, seremos trágados progressivamente até que percamos nossa identidade, cultural e social", alertou.

A ministra citou algumas medidas que o Quebec tem tomado em prol da preservação da língua francesa como obrigar a indústria hollywoodiana a traduzir uma cópia em francês de cada novo filme que entre na província. "Disseram-me que isso seria impossível. Hoje é frequente e os catalães, entre outros, se inspiraram em nossa lei para realizar um combate idêntico", disse Louise. O governo controla também a distribuição de livros, e exige da Microsoft e de outras gigantes da eletrônica e do comércio que disponibilizem nos produtos etiquetas e manuais em francês.

Participaram da oficina representantes do Movimento Nacional em Defesa da Língua Portuguesa e Rede de Idioma, professores da Ufrgs, PUC/RS e de outras universidades brasileiras.

DEBATE

Lei de greve é tema de seminário

A Lei de Greve e a modernização sindical foram temas de debate no dia 22 de fevereiro na sede da Adufrgs. O seminário, promovido pela entidade, teve como palestrantes o coordenador do Centro de Estudos Sindicais de São Paulo, Orlando Silva Júnior e o assessor jurídico da Adufrgs, Rogério Coelho. Além de docentes da Ufrgs, estiveram presentes professores de outras universidades federais, que vieram para participar do 21º Congresso da Andes-SN.

A possibilidade dos servidores públicos serem impedidos de fazer greve, caso as medidas do pacote anti-greve sejam aprovadas no Congresso Nacional, foi colocada pelos dois palestrantes como real e preocupante. Orlando Silva enumerou alguns pontos do projeto que merecem atenção especial como a suspensão dos salários até o julgamento da legalidade da greve. "O fato de suspender o pagamento dos salários representa uma punição antes do julgamento", justificou.

Ao definir quórum mínimo para as assembleias e estipular prazos para entrega da pauta de reivindica-

ções o governo estaria violando a autonomia sindical. A aplicação de penas retroativas e multas no caso da greve ser considerada ilegal também foi frisada pelo coordenador do Centro de Estudos Sindicais como ponto a ser combatido. "Isso permitiria a demissão por justa causa sob a alegação de abandono de emprego", exemplificou Orlando.

Rogério Coelho alertou para os respaldos jurídicos que o governo pode buscar nas contradições da Constituição Federal para justificar as medidas anti-greve. Um exemplo é separar os servidores públicos dos demais trabalhadores da iniciativa privada, tirando dos primeiros o direito à greve com base no princípio da continuidade do serviço público. Nesse caso, os servidores públicos podem argumentar, segundo Coelho, que os artigos que tratam da questão são regidos também pelo princípio da essencialidade e inadiabilidade, ou seja, teria que haver uma prévia definição do que são os serviços essenciais e inadiáveis.

A modernização dos sindicatos no Brasil foi coloca-

da como necessária para a sobrevivência dos movimentos, que ainda usam estratégias da época da ditadura, quando o contexto hoje está completamente modificado. Alguns participantes criticaram a falta de pluralismo partidário dentro dos sindicatos, o que acaba "engessando" as ações em prol da maioria e impedindo um crescimento político a partir da diversidade. Orlando Silva lembrou que o sistema de trabalhadores organizados através de associações e sindicatos foi instituído por Getúlio Vargas para melhor controlar a massa trabalhadora, mas no final da década de 70 o mecanismo voltou-se contra a elite que o criou.

Rogério Coelho defendeu que os sindicatos devem trabalhar por um projeto político único que atinja todas as áreas e não lutar apenas pelas causas próprias da categoria. Para Orlando Silva é preciso repensar as formas de luta, ampliar a participação no movimento e construir novas formas de mobilização. "O desafio é achar o justo equilíbrio para a modernização", concluiu.

NEOLIBERALISMO

Castelo de cartas começa a desmoronar

O mundo que o neoliberalismo vem construindo é frágil como um castelo de cartas. Por todos os lados chegam notícias de que partes da construção despencam, fazendo vítimas e demonstrando que o sistema é menos poderoso do que seus acautus pregavam. A imprensa tem analisado os desastres econômicos gerados nesse mundo movido pelo capital como ações caídas do céu, pelas quais não existem culpados. Mas quantas cartas podem ser tiradas deste castelo sem que o pensamento único, gerador de fluxos de capital praticamente fictícios, desabe por inteiro e leve junto a parte pobre da humanidade?

Marco Aurélio Weissheimer,
Zaira Machado e
Clarissa Pont

Está cada vez mais claro que o mundo estruturado pelo neoliberalismo tem a consistência de um castelo de cartas. Por todos os lados, como profetizou Karl Marx, o que era sólido vem se desmascarando no ar. Empresas com faturamentos superiores ao PIB de muitos países estão virando pó. A Enron, uma gigante do setor de energia, operou prodígios em nome da supremacia do mercado. "Desregularizar e privatizar", bradavam seus executivos. Da noite para o dia, porém, a menina dos olhos da chamada "nova economia" foi à bancarrota. Além do emprego, seus ex-funcionários perderam até mesmo o dinheiro investido em aposentadorias. A derrocada da Enron virou motivo para reflexão. Mas não o único. Outras megacompanhias ameaçam a frágil ordem mundial. Por tudo isso, parte da imprensa está se dando conta de que Argentina e Enron são evidências de que a economia virtual é uma espécie de mundo de fantasias, e está com os seus dias contados.

A liberalização alucinada, o "vale-tudo" que é vendido como "liberdade", coloca em risco mais do que a segurança dos países no mundo pelas políticas neoliberais ou a dignidade dos trabalhadores que o sistema não comporta. O barbarismo, identificado por ausência de princípios éticos – a imoralidade que sustenta a razão de mercado – é uma ameaça a nossa própria existência. A Monsanto, por exemplo, se nega a respeitar regras básicas de precaução no uso de sementes transgênicas. Sua estratégia criminosa é contrabandear sementes para regiões em que seu cultivo é restrinido, inclusive apostando na contaminação de plantações orgânicas. Essa espécie de terrorismo, cujas consequências podem ser mais devastadoras do que as explosões no World Trade Center, ocorre diariamente sob as nossas barbas. No Rio Grande do Sul, o caso dos transgênicos virou mote de disputa dos setores políticos que fazem

oposição ao governo atual. O mérito da questão é simplesmente ignorado. Mas se estes exemplos são um tanto abstratos para a média das pessoas, pode-se analisar algumas regras que os Estados Unidos tentam impor à América Latina através da Alca. De um manancial de cláusulas, se destaca a autorização para que as empresas transnacionais processem os governos que, de alguma forma, restrinjam a sua possibilidade de lucro. Por esse critério, até mesmo uma lei de proteção ao meio-ambiente poderia ser considerada lesiva aos interesses privados. Nestes casos, prevalecendo a vontade do governo estadunidense, o julgamento seria competência de um tribunal internacional privado, sem controle público.

A matilha está nervosa

O gigantesco volume de capital fictício que circula pelo mundo não tem lastro nem rosto. Por onde passa, deixa um rastro de destruição. Um cataclisma natural ou uma fraude no sistema financeiro pode ter consequências impensáveis no outro lado do planeta. Há poucos dias, o bombardeio dos Estados Unidos ao Iraque elevou a cotação do dólar no Brasil. "Mas o que eu tenho a ver com isso?", poderia perguntar um brasileiro, desatento às relações de causa e efeito num mundo que globaliza prejuízos.

Acima de tudo, existe a arrogância de um modelo que considera a exclusão necessária, o desemprego natural, o lucro a medida de tudo, a liberdade de mercado a própria liberdade, o valor do ser humano o que ele pode consumir e a sua verdade a única verdade. Por isso, é possível afirmar que a exclusão pela condenação à pobreza é obra do neoliberalismo, assim como a destruição dos recursos naturais, a violência, a promiscuidade entre os interesses públicos e os



A estrada perdida

a já frágil estabilidade conquistada nos últimos anos.

Quem ganha e quem perde com o atual modelo econômico? Se há um setor que não tem queixas durante os dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso é o dos bancos, que tiveram neste último período a maior lucratividade de sua história. Os ganhos do capital financeiro foram tão fantásticos que levaram dúvidas sobre sua legalidade e legitimidade. A elevada taxa de juros praticada pelo governo federal (19% ao ano, a segunda maior do planeta) garantiu 41% do lucro acumulado dos bancos somente no exercício de 2001. O que é mais incrível é que essas empresas não pagam, ao contrário dos cidadãos comuns, nenhum centavo de imposto sobre seus rendimentos. Em 2002, os 50 maiores bancos que operam no país (dos quais 17 são estrangeiros) registraram lucro líquido de 3,04 bilhões. Não pagaram um centavo de Imposto de Renda e Contribuição Social.

O Banco Central foi alvo de uma recente devassa promovida pela Polícia Federal para identificar bancos estrangeiros e brasileiros que driblaram a legislação sobre conversão de títulos da dívida externa nos anos 80, enviando ilegalmente recursos ao exterior. Estão entre os bancos investigados, responsáveis por US\$ 277 milhões em transações: Lloyds, American Express Bank e Deutsche Bank. Os resultados dessa investigação ainda não foram divulgados.

Enquanto os bancos multiplicam geometricamente seus lucros, a economia brasileira registrou, em 2001, um crescimento pífio de 1,5%, seu pior desempenho desde as estagnações de 1998, influenciada pela crise

Milhares de argentinos vivem exílio econômico

Nos últimos meses, a Argentina passou de menina dos olhos do FMI, modelo a ser seguido por toda América Latina, a um país onde cerca de 15 milhões vivem abaixo da linha de pobreza. A recessão piorou, o desemprego aumentou 18,3% e irromperam revoltas sociais que deixaram cerca de 30 mortos. E esses são os números oficiais. Mais da metade da população fazia parte da considerada classe média em um país onde o índice de analfabetismo não chega a 1%. Agora, os argentinos se vêem equiparados aos demais latino-americanos. Uma de cada quatro pessoas está sem emprego e quase todas as outras temem perdê-lo. O quadro no país é terrível. Além disso, nos últimos 60 dias, voltaram para seus países cerca de 50 mil estrangeiros que estavam na Argentina, todos aqueles que deixaram seus países atraídos pela ilusão da paridade. Somente em janeiro de 2002, 23 mil argentinos partiram em busca de melhores condições de vida na Europa. Uma recente pesquisa realizada no país mostrou que um terço dos 37 milhões de argentinos declararam que deixaria o país se pudesse fazê-lo. Esse é o triste legado que a implantação das políticas neoliberais deixa para a po-

pulação argentina. Para os argentinos, o caminho certo parece ser o do aeroporto.

A crise na Argentina se deve, em última instância, a uma falta de estratégia para romper com a hegemonia do capital financeiro, criada a partir da ilusão de que seria possível "manter os compromissos" do governo Menem e ainda assim retomar o desenvolvimento econômico, gerar empregos e privilegiar políticas sociais. Muitas que, cedo ou tarde, desabam.

O que aconteceu na Argentina foi, essencialmente, uma desregulamentação da economia e um atrelamento completo à qualquer política norte-americana. A desregulamentação leva o capital a se deslocar para a especulação financeira. Afinal, o mundo atual não é mais preocupado em produzir, mas em acumular. Desregulada a economia, os maiores retornos, em prazos menores e com menores riscos, atraem o gasto dos capitais para a esfera financeira, em detrimento da produtiva, sob a suposta prioridade da estabilidade monetária como condição da retomada de um desenvolvimento que nunca chega.

Houve na Argentina o sacrifício do desenvolvimento econômico, das políticas sociais e da criação de empregos, entre

financeira internacional, e de 1999, o ano da desvalorização do real. A queda violenta da produção industrial no final do ano passado (-5,48%), causada pela crise energética e pela alta taxa de juros, colaborou para que a economia crescesse abaixo das piores expectativas dos analistas. O racionamento, provocado pela falta de investimentos no setor energético, atingiu em cheio a indústria, setor que teve o pior desempenho de toda a economia: o PIB industrial caiu 0,58% em 2001, ante um crescimento de 4,87 em 2000.

Uma outra estatística mostra bem quem ganha e quem perde com a atual política econômica.

A renda média do trabalhador brasileiro sofreu uma diminuição de 3,9% no ano passado em comparação a 2000. Houve queda durante todos os meses de 2001, que registrou a segunda maior retração desde o começo do Plano Real. O poder de compra dos brasileiros vem caindo há três anos seguidos. Em 1999, houve uma queda de 5,5%, e em 2000, de 0,6%. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a retração de 2001 atingiu com mais intensidade os trabalhadores com carteira assinada: queda de 7,5%. A renda dos empregados sem carteira recuou 3,1%.

Esses números traduzem objetivamente as consequências do modelo que, segundo a "The Economist", não está errado e deve ser aplicado até o fim. Enquanto os bancos lucram bilhões de dólares todos os anos, os trabalhadores perdem renda, o setor produtivo perde força, o Estado é enfraquecido e a infra-estrutura do país é sucateada. A Argentina é o país que mais avançou nesta estrada. Os números indicam que o Brasil pode estar indo na mesma direção.

outros objetivos essenciais, no altar do neoliberalismo. Nesse sentido, é essencial a política externa no sentido de mudar as cartas do viciado jogo internacional, em que o FMI continua a nomear ministros, definir políticas e modalidades de pagamento das dívidas e em que o Banco Mundial faz jogos de cena para as mesmas políticas que têm levado ao caos social, não só na Argentina.

Com a Argentina querendo um novo empréstimo do FMI, e com o organismo marcando no chão os passos que o país deve dar para seguir no caminho financeiro correto, o governo nacional parece não ter aprendido a lição. Continua associado aos senhores do imperialismo, que exigem agora um novo ajuste, para concederem o crédito que aumentará incrivelmente a dívida externa. E isso tudo só para começar, porque a presença maciça de argentinos no Fórum Social Mundial e o apoio de organizações populares brasileiras à luta contra o neoliberalismo naquele país, serviram de sinal para que os serviços de inteligência estadunidenses recomendasse estudos imediatos sobre a possibilidade de uma intervenção militar na Argentina.

ENRON

Foi na hora da concordata que se tornaram visíveis as fraudes. E o exagero prodigioso dos lucros que provocou o colapso de um império cujo faturamento superava os 100 bilhões de dólares.
Em um ano, a cotação na bolsa foi dividida por 350

Mil e uma trapaças

Tom Frank*

"Acredito em Deus e acredito no mercado", explicava, um ano atrás, Kenneth Lay, presidente da Enron. Depois, associando Jesus Cristo a uma espécie de liberal-libertário do fim do século, esse titã do setor de energia acrescentou: "Ele queria que as pessoas pudessem optar." A Enron entregou-se, portanto, ao trabalho do Senhor, operando a favor da flexibilização da eletricidade. No caminho, a empresa sofreu uma metamorfose. Especialista em oleodutos, tornou-se o negociante gigante no mercado da energia – a EDF¹ chegou a estar em sua mira. A predestinação divina se confirmou: o salário de Lay chegou a 141,6 milhões de dólares em 2000, um aumento de 184% em relação ao ano anterior. "Estamos do lado dos anjos: em todos os negócios que empreendemos, somos os bons moços", explicou Jeff Skilling, ex-presidente da Enron, à revista Business Week.

A empresa deleitava-se com sua "transparência". Na hora da concordata, tornou visível uma mistura de fraudes e nepotismo. Sem esquecer de mencionar um exagero prodigioso de seus lucros, o que provocou o pânico dos investidores e o colapso de um império cujo faturamento superava os 100 bilhões de dólares. Em um ano, sua cotação na bolsa de valores foi dividida por 350. Um destino desses é esclarecedor, a seu modo, para o debate sobre os fundos de pensão: 60% das quantias destinadas a financiar a aposentadoria dos empregados da Enron estavam investidos em ações da empresa...

"Criatividade" e "liberdade"

Se são vários os fatores que explicam a derrocada, a ideologia da empresa e uma paixão pelos mercados, próxima ao culto de uma seita, constituem o elo entre eles. Porque foi apenas uma coincidência o fato de se terem revelado delinqüentes financeiros os que criaram anúncios zombando dos funcionários obcecados pelo desejo de regulamentar a atividade de destruidores de tabus. Uma vez que a Enron era a menina dos olhos de todos os que pensavam que os mercados eram o apogeu da existência, sua falência oferece uma boa oportunidade para se meditar sobre o furacão de privatizações e de flexibilizações a que assistimos nos últimos 20 anos. A partir da Enron, observa-se, simultaneamente, uma diretoria de empresa que desaparece embolsando dezenas de milhões de dólares, empregados que perdem tudo, até o dinheiro investido para suas aposentadorias, usuários que são condenados a sofrer blecautes, autoridades políticas corruptas, empresas de auditoria cada vez mais condescendentes, na medida em que as empresas por elas fiscalizadas às vezes retribuem esses serviços a título de assessorias², milícias patronais, bolhas de investimentos na bolsa que um dia estouram. Em suma, uma lição a ser aprendida.

É evidente que a Enron enganou os especialistas financeiros. Mas, no final das contas, o que é mais importante ainda, foi "politicamente" bem sucedida, vendendo ao mundo inteiro a idéia de que a paixão pelos mercados e pela flexibilização correspondia a uma "revolução", à expressão de "criatividade", à própria liberdade. As empresas deviam ser livres para agir como se

fossem deuses seculares no mundo inteiro, a fim de que acedêssemos à democracia e ao poder do povo.

O "Elvis Presley" da nova economia

Para os gurus do *management*, a Enron era uma operação quase santa. O pequeno fabricante de oleodutos que se tornou grande – e ambicioso – comprava, vendia, propunha sua energia ao país inteiro. Mas que se lixem os oleodutos, as fábricas e os ativos físicos que se tornaram arcaicos! Tratava-se da era da Internet, da "nova economia". A Enron não era nada menos do que um "criador de mercados", um missionário do espírito empreendedor e da acumulação dos lucros, não hesitando, para realizar sua tarefa, em penetrar nas camadas mais profundas de uma velha economia ainda paralisada por uma ideologia de regulamentações e de serviço público. Vocês duvidam? Vejam nossos lucros!

Os últimos anos foram os da Enronfilia. Num livro de Gary Hamel publicado em 2000, o autor considerava que, nessa empresa "revolucionária", as "idéias radicais" floresciam, pois eram estimuladas a se exprimirem: "novas vozes podem se fazer ouvir". A empresa se baseava até em Gandhi, Lincoln e nos militantes dos direitos civis que, em 1963, puseram em risco suas vidas, no Alabama, para conseguir a igualdade dos negros...

Em abril de 2000, a revista Fortune associou a Enron a Elvis Presley. O trecho seguinte é tão bizarro que merece ser reproduzido na íntegra: "Imagine um jantar dançante no Country Club com um grupo de velhos canastrões rodopiando com suas esposas ao som de uma música de Guy Lombardo interpretada por uma orquestra de smoking. De repente, o jovem Elvis entra ruidosamente, vestido com uma roupa de lamê dourado, rebolando e com uma guitarra cintilante. Metade dos dançarinos desmaia, a outra metade, ou quase, fica indignada. Mas alguns deles começam a gostar do que ouvem, descobrem que seus pés acompanham o ritmo, passam a pegar outros parceiros de dança e, de repente, se entregam a uma ginga bem diferente. Pois bem: no universo regulamentado das empresas energéticas, a Enron Corp. é Elvis."

Papel de "criador de mercados"

Em setembro de 2000, Jeff Skilling, então diretor-presidente da empresa, garantia, na capa de *Business 2.0*, que "A revolução continua", precisamente no momento em que as perspectivas de lucro acabavam de soçobrar. Para ele, a transformação da Enron numa "empresa virtual integrada" permitia ver a "luz de um futuro possível". As verdades revolucionárias da nova economia ainda não haviam dito sua última palavra.

Esse número da revista ainda estava nas bancas quando Jeff Skilling desapareceu misteriosamente do quartel-general da Enron. Bem rapidamente, no entanto, declarou-se que a concordata nada tinha a ver com o culto dos mercados e das privatizações. "Não há qualquer relação!", cortou o *Wall Street Journal*, em editoriais sucessivos e frenéticos. Na verdade, tudo ficava explicado pelo fato de o Estado não ser suficientemente flexibilizado³.

...Um dos programas financeiros da rádio pública NPR considerou que, levando-se em conta os esforços da Enron para manter baixos os preços da energia, os consumidores deveriam recear a falência de uma empresa quase filantrópica.

Mesmo nos momentos mais gloriosos da empresa,



era difícil compreender o que a Enron "fabricava" exatamente. Aparentemente, o papel de "criador de mercados" (*market maker*) implicava numa superabundância de contratos e de investimentos financeiros audaciosos. Obrigava-a também a se comprometer com a política, ou seja, a financiar os dois principais partidos norte-americanos, já que deles dependia a abertura de novos mercados.

Relações simbióticas com políticos

Foi também por isso que a Enron teve de se dedicar a um trabalho permanente de relações públicas. "Revolucionária", a empresa vendia a flexibilização como um grande avanço da liberdade humana. Tratava-se – não é mesmo? – de devolver o poder ao povo. Se, em certos Estados, os eleitores não gostavam, a empresa ia para outro lugar, comprando de maneira absolutamente legal – via suas contribuições financeiras às campanhas dos políticos – os apoios de que o povo esperava afastá-la. Kenneth Lay dava dinheiro para o presidente Clinton, com quem jogava golfe? O governo democrata considerava um dever apoiar as empresas da Enron no exterior. A Enron deu também dinheiro – e muito – ao líder parlamentar republicano Thomas Delay? Foi ele que apresentou o projeto de lei relativo à flexibilização do mercado da eletricidade.

A Enron também se empenhou em auxiliar George W. Bush a se tornar uma personalidade política nacional. Quando o atual presidente dos Estados Unidos ainda era governador do Texas, atravessava esse Estado num jato particular fornecido pela empresa. Depois, em sua campanha para a Casa Branca, teve a Enron como principal contribuinte. Mas não era só isso. Kenneth Lay também era um amigo de negócios do atual vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Cheney, e co-presidente da Fundação Barbara Bush contra o analfabetismo. A simbiose da Enron com os círculos dirigentes permitiria que Lay fosse o único dono de uma empresa elétrica a se encontrar a sós com Cheney, no momento em que este preparava o plano energético do governo. Teria também sugerido um certo número de pessoas para a direção da agência federal encarregada de regulamentar seu setor de atividade. Na Grã-Bretanha, onde a Enron soube tirar partido da privatização da água, a empresa fez parte, em 1998, dos colaboradores financeiros do congresso anual do Partido Trabalhista.

Uma lista de personalidades

Oferecer aos legisladores "amigos" um emprego ou uma posição privilegiada na empresa também foi uma arma muito eficaz. Em 1993, Wendy Gramm, esposa de um senador republicano do Texas, candidato às eleições presidenciais em 1996, obteve, na qualidade de membro de uma Comissão de Regulamentação, uma lucrativa isenção para a Enron. Não demorou muito para se tornar membro do Conselho de Administração da firma. Houve a mesma coincidência no caso de Lord John Wakeham, um conservador britânico que desempenhou um papel-chave por ocasião da desastrosa privatização do setor elétrico na Grã-Bretanha. Uma outra coincidência foi o caso de Frank Wisner, embaixador dos Estados Unidos na Índia no tempo do governo Clinton: ele permitiu à empresa conseguir, em 1993, um contrato de três bilhões de dólares para construir uma controvertida central elétrica

de 740 megawatts em Dabhol e, depois, fez pressão sobre o governo indiano no momento em que este decidiu voltar atrás da decisão (o vice-presidente Cheney também interferiu). Um lugar no Conselho de Administração da Enron esperava Wisner quando se aposentou do Departamento de Estado.

Também não poderiam deixar de ser mencionadas algumas personalidades políticas ligadas à Enron: o atual presidente do Partido Republicano, Marc Racicot, James Baker, ex-secretário de Estado, Lawrence Lindsay, um dos economistas assessores do atual presidente e dois dos dirigentes da campanha presidencial democrata de Albert Gore. O escândalo pode, portanto, atingir muitos adoradores do mercado de ambos os partidos⁴.

A "herança" da flexibilização

A empresa dirigida por Lay também se destacou de outra maneira: foi uma das únicas a ser objeto de um relatório da Anistia Internacional que detalhava o tratamento brutal infligido a habitantes de Dabhol por segurança da Enron. As técnicas de persuasão assumiram outras formas. John Kachamila, ministro dos Recursos Naturais de Moçambique, que foi encarregado de um contrato de gás natural solicitado pela Enron, lembra as pressões dos representantes do governo norte-americano: "Eles ameaçavam fazer-nos perder fundos de desenvolvimento, se não assinássemos – e depressa. Seu diplomata, em especial Mike McKinley [na época, encarregado de negócios em Maputo], me obrigou a assinar um acordo que não era conveniente para Moçambique. Não era um diplomata neutro: tinha-se a impressão de que trabalhava para a Enron. Recebímos também solicitações de senadores norte-americanos que nos ameaçavam disto ou daquilo, caso não assinássemos. Lançaram uma campanha de calúnias contra mim, sugerindo que me recusava a assinar porque queria uma comissão⁵."

Os defensores da Enron temem um questionamento da "herança" da flexibilização. E têm razão. Privada das pressões políticas e dos financiamentos das campanhas eleitorais, a flexibilização não tem o mesmo futuro. Se, a partir de agora, as municipalidades decidirem unicamente em função do preço e da qualidade do serviço, é provável que passem a privilegiar exclusivamente os serviços municipais. O exemplo da flexibilização na Califórnia teve valor pedagógico: a explosão do preço da eletricidade foi geral em todo o Estado, com exceção da cidade de Los Angeles que tinha suas próprias centrais.

A "nova economia" da década de 90 cultuou a idéia de um serviço prestado ao público no altar da ideologia do mercado. Os mercados, explicava-se, são sempre preferíveis e são sempre mais democráticos. Durante muito tempo, a grande imprensa propagou esse dogma, de acordo com a Enron. Ao saber do colapso do grande conglomerado, um funcionário californiano deixou escapar, aliviado: "Deus existe."

Tradução Regina Salgado Campos

* Autor de *One Market Under God: Extreme Capitalism, Market Populism and the End of Economic Democracy*, Doubleday, Nova York, 2000.

1 - N.T.: O equivalente à Eletrobrás na França.

2 - Foi esse, especificamente, o caso da empresa de auditoria Arthur Andersen, que recebeu 27 milhões de dólares da Enron.

3 - Em sua edição de 18 de janeiro de 2002, o Wall Street Journal, republicano convicto, atribuía a concordata da Enron à cultura dos "anos Clinton". E o pensador George Gilder, partidário de Reagan, imputou as confusões financeiras da empresa à complexidade das normas fiscais norte-americanas.

4 - As contribuições eleitorais da empresa privilegiaram evidentemente o Partido Republicano, mas os democratas também se aproveitaram dos donativos da empresa atualmente em concordata.

5 - Houston Chronicle, 1º de novembro de 1995.

MP antigreve: Congresso rejeita caráter de urgência

A medida provisória que autorizava a contratação de pessoal para substituir servidores públicos em greve foi rejeitada pelo Congresso Nacional no dia 20 de fevereiro, por não ter reconhecido entre os parlamentares, o caráter de urgência colocado pelo Executivo. A medida é parte do pacote antigreve, lançado pelo Governo Federal em outubro passado, no auge da greve dos servidores públicos federais como forma de coibir o movimento. O Congresso decidiu que a regulamentação do direito de greve, previsto na Constituição, deve ser feita através de projeto de lei e não de medidas provisórias, como pretendia o governo federal. Segundo informações da Agência Câmara, pela primeira vez a decisão do Congresso adotou a análise do mérito da urgência e relevância para apreciação de medidas provisórias. Com 25 MPs para serem votadas até abril, o Legislativo Federal está sobrecarregado e teme não haver tempo hábil para votar os projetos que devem ser apreciados antes das eleições de outubro.

BALANÇETES

ADUFGRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ/MF Nº 80.757.304/0001-84		
BALANÇETES - VALORES MENSais - 2001		
RUBRÍCAS / MESES	AGO	
ATIVO	2.234.402,55	
FINANCEIRO	1.982.184,14	
DISPONÍVEL	270.909,27	
CAPITAL	6.344,70	
BANCOS	46.081,74	
APLICAÇÕES C/ LIQUIDEZ IMMEDIATA	216.462,63	
REALIZÁVEL	1.711.274,87	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.505.774,09	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.505.774,09	
CREDITOS A REALIZAR	205.800,78	
DEVEDORES	4.000,00	
CREDITOS A RECUPERAR	197.945,64	
ADVANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	2.837,20	
PRÊMIOS DE SEGUR. A VENCER	717,94	
ATIVO PERMANENTE	252.118,41	
IMÓBILIZADO	242.118,37	
BENS MOVEIS	13.778,90	
BENS IMÓVEIS	167.187,83	
REFORMAS EM ANDAMENTO	39.839,13	
(DEPRECIACOES ACUMULADAS)	64.758,88	
DIFERIDO	6.979,44	
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	9.867,09	
(AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS)	1.708,44	
PASSIVO	2.147.433,78	
PASSIVO FINANCEIRO	253.310,74	
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	239.001,61	
OBRIGAÇÕES COM CUSTEJO E BOCIAS	3.413,24	
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	1,00	
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	918,14	
CREDORES DIVERSOS	285.275,23	
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	16.309,13	
PROVISÓRIOS/PENHARGOS C/ PESSOAL	16.309,13	
SALDO PATRIMONIAL	1.892.123,02	
ATIVO LÍQUIDO REAL	808.860,40	
SUPERAVIT ACUMULADO	1.283.172,62	
ADUFGRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		
FOLHA 2		
RUBRÍCAS / MESES	AGO	ACUMULADO
RECEITAS	95.984,26	730.529,66
RECEITAS CORRENTES	71.156,25	567.419,77
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	71.156,22	567.419,77
RECEITA CAIXA DE MATERIAS	0,00	0,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	24.797,79	153.212,57
RECEITAS FINANCEIRAS	24.797,79	153.212,57
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	0,00	0,00
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	30,26	2.896,55
Participações em ações coletivas	30,26	2.896,55
OUTRAS RECEITAS	0,00	7.909,77
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	0,00	5.048,48
OUTRAS RECEITAS	0,00	1.982,31
DESPESAS	98.619,85	833.655,74
DESPESAS CORRENTES	88.193,83	533.655,74
DESPESAS COM CUSTEJO	49.506,77	223.440,61
DESPESAS COM PESSOAL	12.081,12	89.883,59
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVICOS	26.680,07	72.404,86
DESPESAS DE EXPEDIENTE	8.114,98	48.824,17
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS	393,64	4.268,16
DESPESAS DE ARRENDAMENTO	0,00	1.296,33
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	80,00	1.296,33
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.369,01	10.516,62
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	310,55	2.145,40
ENCARGOS FINANCEIROS	56,00	110,30
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEJO	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSOCIAÇÕES ASSOCIATIVAS	30.883,00	258.914,76
DESPESAS COM VÉNUCULACAO	0,00	200,00
DESPESAS COM VIAGEM	11.021,20	89.118,18
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	650,00	2.830,21
DESPESAS CIATVID. POLITICO-ASSOCIATIVA	5.785,80	20.010,81
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	18.396,00	142.168,56
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00	9.961,80
TRANSFERENCIAS CORRENTES	16.430,08	159.710,37
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	14.900,74	122.588,45
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.529,54	28.141,92
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	(2.835,49)	77.463,92
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	77.463,92	77.463,92
ADUFGRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS - FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO		
FOLHA 3		
RUBRÍCAS / MESES	AGO	ACUMULADO
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	10.448,57	10.598,77
FORUM MUNDIAL EDUC. RECEITAS DE INSCRIÇÕES	10.448,57	10.598,77
(FORUM MUNDIAL EDUC. DEVOLUÇÕES DE INSCRIÇÕES)		
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	679,80	693,90
CONDUÇÕES URBANAS - F.M.E.	1,80	1,80
CPFM - F.M.E.	1,80	1,80
DESPESAS C/INFRA-ESTRUTURA - F.M.E.		
DESPESAS C/ESTUDOS E HABEDADENS - F.M.E.		
DESPESAS C/ARRENDAMENTO - F.M.E.	678,00	692,10
DESPESAS CALÇADAS - F.M.E.		
DESPESAS C/PASSAGENS - F.M.E.		
DESPESAS C/SEGURANÇA - F.M.E.		
DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO - F.M.E.		
GASTOS C/COMBUSTIVEIS - F.M.E.		
MATERIAL DE ESTUDO - F.M.E.		
PROVIDÊNCIA SOCIAL - F.M.E.		
PROPAGANDA E PUBLICIDADE - F.M.E.		
SERVICOS DE TERCEIROS - F.M.E.		
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	9.768,77	9.904,87
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	9.904,87	9.904,87

PÓS-GRADUAÇÃO

Representantes docentes propõem normatização

Presentemente encontra-se em discussão nas várias unidades da UFRGS uma proposta de normas para a regulamentação e gestão de recursos financeiros vinculados à pós-graduação, produzida pela Comissão Especial CEPE/CONSUN. Se aprovada, dará o aval institucional para implantação do ensino pago na UFRGS. A proposta a seguir, produzida pelas representações docentes que integram os conselhos superiores desta Universidade, respeita a Constituição Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ao garantir nos seus artigos a gratuidade do ensino na pós-graduação stricto sensu da UFRGS. Foi encaminhada à Administração Central em novembro de 2001 e chegou a ser considerada, em alguns aspectos, pela Comissão Especial CEPE/CONSUN. O resultado final da Comissão Especial continua entretanto irreconciliável com aquele aqui apresentado, na medida que o texto da Comissão Especial autoriza a cobrança de cursos que conferem grau acadêmico (pós graduação stricto sensu).

Tendo em vista a necessidade de estabelecer normas para atividades de ensino complementares a nível de pós-graduação e considerando:

a) que o artigo 206, inciso IV, da Constituição Federal e o artigo 3º inciso III do Estatuto da UFRGS determinam a gratuidade do ensino público,
b) que a UFRGS possui uma infra-estrutura de ensino e pesquisa que lhe permite contribuir de diversas maneiras para o desenvolvimento social, sendo uma delas a capacitação de profissionais,

c) que as atividades de capacitação de profissionais, além de constituírem uma exigência social cada vez maior, são atividades de integração com a comunidade,

d) que a Pós-Graduação lato sensu, constituída de cursos de especialização e aperfeiçoamento, não confere grau acadêmico nem habilitação profissional e visa à capacitação de profissionais em determinada especialidade da profissão,

e) que o mestrado profissionalizante, previsto pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação-CAPES/MEC, avaliado e reconhecido por esse Sistema, confere grau acadêmico e deve ser portanto gratuito e de acesso universal,

f) que o mestrado inestitucional, oferecido mediante convênio por Programa de Pós-Graduação da UFRGS, confere grau acadêmico e portanto, mesmo sendo ministrado fora da sede, deve ser gratuito e de acesso universal,

g) que a gratuidade do ensino para os alunos não impede que os mestradinhos profissionalizantes e inestitucionais realizem convênios com entidades estatais ou privadas, para possibilitar sua auto-sustentação quanto a seu funcionamento e infra-estrutura,

h) que a Universidade, por ser direta participante das atividades exercidas por seus servidores junto à comunidade, deve ser resarcida pelos contratantes das despesas diretas e indiretas geradas pelas atividades ligadas ao cumprimento de convênios, contratos e acordos.

DECIDE

estabelecer as seguintes normas:

SEÇÃO 1

DEFINIÇÃO, OBJETO E ATIVIDADES CONTEMPLADAS

Art. 1º - As atividades, abaixo citadas, serão realizadas como forma de capacitação de profissionais e caracterizam-se como atividades complementares às atividades habituais de ensino realizadas na UFRGS.

a) Cursos de pós-graduação lato sensu, destinados à capacitação profissional, conforme art. 150 do Regi-

mento Geral da UFRGS;

b) Cursos de pós-graduação lato sensu, destinados à capacitação profissional, em convênio com outras Instituições;

c) Cursos de Pós-graduação stricto sensu, em convênio com outras Instituições;

d) Cursos de Pós-graduação stricto sensu profissionalizantes

Art. 2º - Essas atividades devem constituir-se em projeto acadêmico, ser reguladas por convênios, contratos, acordos ou outro instrumento legal, e devem ressarcir a UFRGS de todos os custos decorrentes de sua execução.

Art. 3º - Todos os cursos de pós-graduação stricto sensu, sejam acadêmicos, profissionalizantes ou interinstitucionais, com emissão de diploma pela UFRGS, devem ser gratuitos para todos os seus alunos e seus critérios de ingresso, universais.

Parágrafo único - É vedada a reserva de vagas para pessoal de determinada empresa ou instituição, e todos os candidatos deverão submeter-se ao mesmo processo seletivo.

SEÇÃO II

DO PROJETO ACADÊMICO

Art. 4º - As atividades previstas no artigo 1º deverão ser previamente aprovadas pelo(s) Departamento(s) e Unidade(s) ou Centro(s) Interdisciplinar(es) proponente(s).

Parágrafo único - Essas atividades deverão ocorrer na medida da disponibilidade de recursos físicos, materiais e humanos da Universidade.

Art. 5º - O projeto acadêmico deverá atender às normas do Conselho Nacional de Educação e/ou CAPES/MEC pertinentes à modalidade proposta, ser previamente submetido à aprovação da Câmara de Pós-Graduação do CEPE, e adequar-se às regras referentes à tramitação, planejamento, orçamento, análise, avaliação e aprovação vigentes nas áreas de pesquisa e pós-graduação da Universidade.

Parágrafo único - O projeto acadêmico deverá estar de acordo com as normas do CEPE, específicas para cada tipo de atividade.

Art. 6º - O relatório final de projeto acadêmico executado deverá ser aprovado pelo(s) Departamento(s) e Unidade(s) ou Centro Interdisciplinar promotor(es), juntamente com o relatório financeiro, e submetido à aprovação da Câmara de Pós-Graduação do CEPE, nos termos da legislação vigente.

Art. 7º - As atividades de capacitação de profissionais a nível de pós-graduação em convênio com outras Instituições só poderão ser desenvolvidas por programas de pós-graduação que ofereçam cursos regulares na área.

SEÇÃO III

DA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DA UNIVERSIDADE NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Art. 8º - Das atividades estabelecidas no artigo 1º poderão participar servidores docentes e técnico-administrativos, ativos e inativos da Universidade, nos termos da Resolução COCEP nº 35/93 e da Decisão CONSUN nº 24/98.

§ 1º - A coordenação e a responsabilidade técnica deverá ser exercida por servidor ativo, docente, ligado à área.

§ 2º - A execução das atividades de que trata o artigo 1º deverá ter prévia aprovação do Departamento e constar da carga horária de trabalho registrada pelo docente no Departamento, respeitadas as atividades acadêmicas regulares do Plano de Trabalho dos Departamentos e Programas de Pós-Graduação.

§ 3º - As atividades constantes nas alíneas a e b do artigo 1º e a carga horária correspondente, se remuneradas, serão consideradas como prestação de serviço e, por-

Proposta de Normas para atividades de ensino complementares em nível de pós-graduação na UFRGS elaborada pela representação docente nos conselhos CONSUN e CEPE, eleitos no biênio 2000-2002, pela chapa "Reconstruindo a Universidade Pública Gratuita Democrática e De Qualidade" e no biênio 1998-2000, pela chapa "Em Defesa da Universidade Pública Democrática Autônoma Gratuita e De Qualidade". A proposição será debatida na Assembléia Geral dos docentes, dia 14

tanto, não serão computadas para efeitos de concessão de gratificação vinculada à avaliação de desempenho, devendo constar nos relatórios anuais dos Departamentos

§ 4º - Nos cursos definidos nas alíneas c e d do artigo 1º a atividade docente ou de coordenação não caracteriza prestação de serviço, não podendo gerar remuneração extra para os servidores docentes da Universidade que participarem destas atividades.

§ 5º - As atividades constantes nas alíneas c e d do artigo 1º e a carga horária correspondente, serão computadas para efeitos de concessão de gratificação vinculada à avaliação de desempenho, devendo constar nos relatórios anuais dos Departamentos.

§ 6º - A carga horária anual de cada professor dedicada a cursos em convênio com outras Instituições não poderá exceder a sua carga anual de ensino em cursos regulares de pós-graduação stricto sensu na própria UFRGS.

Art. 9 - Quando houver deslocamento de docente ou servidor técnico-administrativo para atividades em outra localidade, poderá haver pagamento de diárias, e os valores deverão estar previstos no orçamento do respectivo curso.

Parágrafo único. O valor da diária será equivalente aos valores constantes da tabela oficial do Serviço Público Federal.

SEÇÃO IV

ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 10 - O orçamento das atividades incluirá a previsão das receitas provindas de convênios, taxas pagas por instituições, profissionais ou outras fontes, bem como das despesas correspondentes a recursos materiais, serviços de pessoas e de terceiros, impostos e encargos sociais.

§ 1º - O orçamento deve prever valores compatíveis com as despesas operacionais, ser parte integrante do Projeto Acadêmico da atividade e aprovado pelo Conselho da Unidade proponente.

§ 2º - O orçamento dos projetos deverá incluir:

- a) despesas com recursos materiais e humanos, inclusive serviços de terceiros;
- b) taxas administrativas;
- c) contrapartida à Universidade e à Unidade;
- d) ressarcimento institucional, correspondente ao uso do espaço, equipamentos e materiais da universidade;
- e) outras despesas que o projeto envolver.

Art. 11 - A parcela destinada diretamente à Universidade deve ser, no mínimo, de 20% da receita total arrecadada no caso de atividades constantes nas alíneas a, b e c do artigo 1º excluído o valor referente a bens de capital.

Art. 12 - A parcela destinada diretamente às Unidades envolvidas deve ser, no mínimo, de 20% da receita total arrecadada no caso de atividades constantes nas alíneas a, b e c do artigo 1º excluído o valor referente a bens de capital.

Art. 13 - Os recursos financeiros somente poderão ser gerenciados pela Universidade, através de suas Pró-Reitorias, ou pela Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS).

Art. 14 - O relatório financeiro deverá receber aprovação do Conselho da Unidade proponente e será parte integrante do relatório final do Projeto Acadêmico.

Art. 15 - As disposições desta resolução não se aplicam a recursos advindos de agências governamentais.

Art. 16 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 17 - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Parágrafo único - Os cursos de mestrado profissionalizante terão um prazo de seis meses para se adequar a presente resolução.



Jéferson Assumção - escritor

Argentina: Villa Elisa aprende a participar

São 10 horas da noite de 2 de março e dezenas de moradores começam a chegar à rua Arana, no centro de Villa Elisa. É uma pequena localidade com 35 mil pessoas no interior de La Plata, Argentina, cujos habitantes estão, como em todo o país, preocupados com as proporções da crise. Não há mais dinheiro, aumenta o desemprego, cai a arrecadação de impostos mês a mês (em fevereiro foram mais de 20% em relação ao mesmo período do ano passado) e em todas as províncias implanta-se o sistema de troca de mercadorias e serviços, como alternativa à falta de moeda corrente. Serviços e mercadorias são trocadas por papéis de crédito que podem ser trocados por outros serviços e mercadorias em um mercado à margem do mercado.

É assim que os vizinhos estão aprendendo a driblar os tantos problemas econômicos e a equilibrar-se na corda bamba que o neoliberalismo estendeu sobre o abismo da falta de investimento. Recém-despertado, esse "jeitinho argentino" vem dando um novo colorido à sociedade. E educando o povo, que desde dezembro do ano passado tem saído às ruas para os "panelaços", que já ocorrem com menor freqüência. Agora, tomam o país de ponta a ponta as assembleias populares.

Como têm feito todas as sextas-feiras, os moradores de Villa Elisa se preparam para mais uma dessas reuniões. É a sexta desde que a crise argentina entrou em seu momento mais crítico. Os mais idosos levam cadeiras de praia, a maioria acompanha de pé, em um semi-círculo, as palavras dos vizinhos que se revezam de três em três minutos no microfone. Há quem não dispense as panelas, símbolo da tomada de posição da população argentina ante a bancarrota econômica do país e a desandada moral dos políticos.

Para melhorar a comunicação, os vizinhos conseguiram um carro de som e o jornal mensal Villa Elisa e Su Gente ajuda a chamar os moradores para os atos que acontecem todas as semanas. O resto é no boca a boca. Passando de casa em casa um grupo chama a todos para a participação. É no meio da rua, em uma ágora precária em pleno 2002, que a vizinhança inscrita desfila para eles próprios uma série de reivindicações que não são atendidas nem pela União nem pela prefeitura de



Jéferson Assumção

da é contra a organização em partidos. Por isso, o assunto fica para ser discutido em próximas assembleias. Deve-se criar ou não pelo menos uma comissão em Villa Elisa para estudar a participação dos moradores em instâncias de poder já estabelecidas? Sim, essa comissão será criada. Outros, no entanto, apontam a necessidade de se ter menos comissões e partir mais para a ocupação de instâncias de decisão. "Como vamos chegar a ter algum poder assim, para que nossa voz vá onde tem que ir?", grita alguém na pequena multidão. "Não! Apliquemos a democracia direta", responde outro.

Desde o início das assembleias, os moradores vêm criando comissões que discutem diversas áreas de interesse. Apesar disso, outra preocupação do grupo é estar representando, de fato, os moradores do bairro. Por isso, decidiram passar em todas as casas e nos comércios convencendo a vizinhança sobre a importância de participar das assembleias. Também levarão um abaixo-assinado firmando o apoio às

propostas aprovadas.

A engatinhante democracia participativa argentina ainda não tem respostas para os anseios de todos, no entanto. Como estabelecer um limite entre o participativo e o representativo? Os moradores devem eleger representantes em suas assembleias? Essa escolha não será uma forma de representatividade dentro da democracia participativa e direta? Os moradores ainda não sabem. Por isso, perguntam.

"Hoje não estou seguro de onde vai meu dinheiro, então sugiro que façamos de Villa Elisa uma cidade independente de La Plata", surge a idéia. Para o mesmo morador, o problema da falta de independência financeira em relação à cidade pode ser resolvido com a recuperação de duas fábricas localizadas na vila e que hoje estão fechadas. Na opinião dele, a população poderia encampar as empresas e produzir material necessário para o calçamento de Villa Elisa, além de tijolo e cerâmica para construções. Esse benefício poderia gerar empregos, hoje tão escassos no país.

Na semana seguinte, os moradores participariam de um panelaço interbairros em frente à prefeitura de La Plata. Aprovaram que, encerrado o protesto das outras vizinhanças, vão tratar dos problemas da vila.

O RELHA



Le Paris de Jean-Paul Sartre et Simone de Beauvoir
Jean-Luc Moreau e Bruno Barbey

Esse álbum luxuoso de Jean-Luc Moreau (texto) e Bruno Barbey (fotos) refaz a geografia de Sartre e Simone na capital francesa. Ed. Chêne.



La globalización desde el Sur - Estrategias para el siglo XXI
Martin Khor

Obra do economista e diretor do Rede do Terceiro Mundo, que lança um olhar sobre as consequências da globalização e apresenta propostas no sentido de enfrentar esse processo. Ed. Icaria, 103 p.



Izquierda y Neoliberalismo - de México a Brasil
Nayar López Castellanos

Análise do processo de imposição do modelo neoliberal na América Latina e da atuação da esquerda partidária, dando destaque para o México e o Brasil. Plaza y Valdes Editores, 211 p.

WWW

Imprensa

X www.agenciacartamaior.com.br

Sítio de notícias criado para participar do esforço pela reconstrução de uma imprensa ligada à transformação social no país.

No Logo

X www.nologo.org
Sítio que, inicialmente, serviu para ajudar a vender o livro homônimo de Naomi Klein. Agora é um ambiente interativo com textos sobre este movimento.



Nora de Cortiñas: "temos que lutar, mesmo sendo pobres, mesmo sem termos dinheiro nem para as campanhas"

ADverso - O que significa para os povos pobres a realização deste Tribunal da Dívida?

Nora de Cortiñas - O Tribunal da Dívida é uma porta aberta para denunciar a situação de miséria dos países do sul do planeta. Há aqui pessoas da Ásia, África, América Latina, lugares em que esta dívida está provocando uma verdadeira destruição. Estamos aqui lembrando que esta não é uma dívida contraída pelos povos, que esta dívida não é nossa, e que se trata, sim, de uma relação de poder econômico dos grandes empresários, dos políticos que quando chegam ao poder se esquecem do povo e não fazem mais que roubar. Entre outros, a cúpula da igreja argentina tem denunciado essa dívida, especialmente durante a ditadura militar. Foi lá que a dívida começou a crescer, naquela época em que desapareceram mais de 30 mil homens e mulheres argentinos, quando muitos foram torturados e destruídos no cárcere, quando milhares foram para o exílio, fora e dentro do país... Temos que dizer que esta dívida não foi dinheiro que o povo tenha gasto para nada. É uma dívida que era privada e que o ministro da Economia, o Cavallo (Domingo), tornou pública. E digo "cavallo" porque realmente ele é um cavalo, um personagem sinal, empregado do Fundo Monetário Internacional, e do governo dos Estados Unidos, que implementou essas políticas durante a ditadura militar, quando ele era presidente do Banco Central. Ele estatizou a dívida que era privada, e assim começou a se criar esta dívida que, de seis bilhões de dólares, no ano de 76, passou nos dias de hoje a ser de mais de 200 bilhões. É um dinheiro que nem sequer sabemos onde está, um grande roubo que houve em nosso país.

Adverso - Que relações se pode fazer entre a dívida externa e a crise pela qual a Argentina passa hoje?

Cortiñas - Bom, a dívida cresceu, virou uma grande bola de neve e tem sido cada vez mais oneroso o pagamento de seus juros. Os juros da dívida são fraudulentos, juros que não se cobram nem se pagam em nenhum lugar do mundo, mas que foram acertados entre o FMI e os ministros de Economia que passaram, até chegar a esta situação. Isso foi permitido pelos políticos porque não existe oposição na Argentina. Porque cada governo que assume, depois da ditadura militar, não tem oposição. Eles se revezam no poder, uns nuns anos, outros em

"Agora, na Argentina, já se diz basta"

Mãe de Carlos Gustavo Cortiñas, desaparecido em 15 de abril de 1977, Nora de Cortiñas é co-fundadora da Associação Madres de Plaza de Mayo. Reconhecidas no mundo todo como um símbolo de resistência (e de persistência) contra as injustiças, as mães estão presentes em diversos eventos dos movimentos sociais. Seu atual slogan "24 anos de lutas, nenhum passo atrás" diz muito e remete também à famosa imagem das caminhadas semanais que elas fazem na praça há quase 25 anos. Durante o 2º Fórum Social Mundial, elas participaram do Tribunal Internacional da Dívida Externa, tema visto pela associação como causa de perpetuação das desigualdades sociais entre o norte e o sul. Nesta entrevista, Nora fala, entre outros assuntos, da relação entre essa dívida e a crise pela qual passa o país platino.

Jéferson Assumção

outros anos. Voltam sempre os mesmos, sem oposição. Daí vêm a extorsão e a opressão, fecham-se portas de fábricas, tiram-se postos de trabalho, as pessoas têm cada vez menos oportunidade de trabalhar e de ganhar um salário e onde se usam bônus para clientelismo puro, calando a boca das pessoas e minando os protestos populares. Todos estão tão desesperados que pegam os bônus porque não têm dinheiro sequer para pagar o leite das crianças. Na Argentina morrem por dia mais de 70 ou 80 crianças, de fome ou de doenças curáveis, morrem pessoas de aids porque não há medicamentos gratuitos em nenhum hospital e morrem pessoas de câncer, sem remédio... Como privatizaram tudo, não há nem vacinas. Os grandes institutos de pesquisa, que foram exemplos para a América Latina, centros onde se fabricavam vacinas para doenças típicas de nosso país, foram privatizados. Isso acontece porque o Banco Mundial impõe ajustes através do Fundo Monetário Internacional. Dão o dinheiro, mas com a condição dos ajustes. E o FMI, que é quem paga essa conta, também promove as guerras, os conflitos que destroem países

"Os juros fraudulentos da dívida foram negociados entre ministros e o FMI"

inteiros. Depois vai lá o Banco Mundial oferecer dinheiro, com juros que nenhum país pode pagar.

Adverso - Qual é a participação das mães da Praça de Maio nos recentes protestos na Argentina?

Cortiñas - Há uma grande parte do povo que aprendeu com as mães que é preciso sair às ruas em busca dos direitos. Nós fomos as propulsoras, as primeiras, no ano de 1977, na Praça de Maio, a dizer ao povo que quando tocavam em algo seu, em nosso caso nossos filhos e filhas, tem que se sair a gritar. Primeiro não nos entendiam. Somente agora, no povo, há pessoas que entendem porque nós saímos e que as pessoas que levaram nossos filhos são os mesmos que impõem essa política econômica. Agora, o povo está, também, saindo às ruas. É uma prova extraordinária da medida de valentia que têm os movimentos desde Seattle, Washington, Gênova. É uma mostra de valentia dizer não ao neoliberalismo, não à exploração do povo, não à submissão ao poder econômico. Bom, nós acreditamos que fazemos parte de tudo isso, porque saímos à rua junto com o povo. Realmente, agora, na Argentina já se diz basta. Também está preparada a repressão para este novo movimento. Houve 35 mortos entre a noite de 19 e o dia 20 de dezembro, que o próprio governo de De La Rúa, que já estava saindo, mandou matar. Era o ministro do interior e de segurança, o chefe de polícia e o filho de De La Rúa, todos dando ordens para matar. E aí caíram 35 companhei-

ros, jovens. Quase todos os companheiros eram jovens, mais um monte de feridos, que, quando saíram dos hospitais, ficaram com sequelas gravíssimas. Sem falar nas mais de 1.500 pessoas que foram presas naquela noite e no dia seguinte.

Adverso - É possível uma união, uma reestruturação da esquerda argentina para disputar as próximas eleições?

Cortiñas - A esquerda argentina está fragilizada, devendo ao fato de que tivemos ditaduras militares permanentemente. As ditaduras bateram muito na esquerda – não tocaram a direita nunca, porque a ditadura vem para bater na esquerda –, então custa muito recompor-se, e essa é a verdade. Não podemos minimizar ou desvalorizar os movimentos políticos, pois no campo da esquerda, em todos os países, temos que lutar, mesmo sendo pobres, mesmo sem termos dinheiro nem para as campanhas. Há um monte de inconvenientes, mas o golpe que recebemos das ditaduras militares, especialmente da última, nos custa muito. Porque custa muitos anos uma recomposição. O que acontece é que quando passam os anos e a esquerda se reabilita, voltam a bater-lhe na cabeça. Não é porque os dirigentes sejam melhores ou piores, mas simplesmente porque é difícil recompor-se. Mas pode ser que alguma coisa mude, na medida que o povo todo entenda que quem recebe os golpes é sempre o movimento popular, e especialmente os partidos de esquerda.

Adverso - Mas há um momento novo na história das lutas sociais da Argentina...

Cortiñas - É, sim, um momento novo. E há também, no caso da América Latina, um espaço aberto para as mobilizações populares. O que acontece é que às vezes o governo reparte migalhas e coopta os movimentos,

"É uma mostra de valentia dizer não ao neoliberalismo, à exploração do povo"

maneja-nos, como acontece no Equador, na Venezuela e outros. A Venezuela agora desperta, depois de longos anos de governos corruptos e esperamos que Chavez reverta isso. Não quero fazer partidismo, mas é um desejo. Se todos os países dissessem que não aceitam a Alca, esta recolonização de nossos países pelos Estados Unidos e alguns países da Europa, que manejam o poder, se nós não permitirmos e decidirmos sermos livres, então vamos vencer. Mas custa muito. Neste Fórum se abre com mais força o caminho para esta luta contra o neoliberalismo. Precisamos saber aproveitar. Este Fórum está demarcando uma linha bem clara, com, cada um deitando raízes e buscando fortalecer a luta. É um bom momento, não podemos desperdiçar.